

A segunda década do BRICS: entre a expansão e a retração da agenda reformista

*Evandro Menezes de Carvalho*¹

Resumo: 1) Introdução: BRICS e a agenda reformista; 2) A agenda reformista pela vertente econômica para além dos contornos do BRICS: o Novo Banco de Desenvolvimento (NDB); 3) A agenda reformista pela vertente política para além dos contornos do BRICS: Diálogos de *outreach* e BRICS Plus; 4) A XI Cúpula do BRICS e o desafio intra-BRICS; 5) Considerações finais.

Palavras-chave: BRICS, BRICS Plus, NDB, Diálogos de outreach.

The second decade of the BRICS: between the expansion and the retraction of the reformist agenda

Abstract: 1) Introduction: BRICS and the reformist agenda; 2) The reformist agenda for the economic side beyond the contours of the BRICS: the New Development Bank (NDB); 3) The reformist agenda for the political side beyond the contours of BRICS: Outreach Dialogues and BRICS Plus; 4) The XI BRICS Summit and the intra-BRICS challenge; 5) Final considerations.

Keywords: BRICS, BRICS Plus, NDB, Outreach Dialogues

¹ Professor e Coordenador do Núcleo de Estudos Brasil-China da FGV Direito Rio e Professor da Faculdade de Direito e Coordenador do Núcleo de Estudos dos Países BRICS da Universidade Federal Fluminense.

1) Introdução: BRICS e a agenda reformista.

O BRICS, definido como “*uma plataforma de diálogo e cooperação*”², surge no contexto da crise econômico-financeira de 2008, que teve como epicentro os Estados Unidos, e como uma resposta ao crescente déficit de legitimidade e eficácia das organizações internacionais do pós-Segunda Guerra Mundial na gestão dos desafios globais que afetam, sobretudo, as economias emergentes e os países em desenvolvimento. Sem assumir uma postura de enfrentamento da ordem econômica internacional vigente, os países BRICS apresentaram-se como atores reformistas da ordem internacional visando ampliar a participação deles nos processos decisórios internacionais por meio de um maior engajamento em torno da defesa da reforma do Fundo Monetário Internacional (FMI), do Banco Mundial e da Organização das Nações Unidas (ONU). Este objetivo é explicitado já na primeira Declaração Conjunta dos líderes do BRIC em Ecatimburgo (2009), ao enfatizar o compromisso com o avanço da reforma das instituições financeiras internacionais visando atribuir maior voz e representação das economias emergentes e em desenvolvimento de modo a refletir as mudanças na economia mundial:

“as economias emergentes e em desenvolvimento devem ter maior voz e representação nas instituições financeiras internacionais, e seus chefes e líderes seniores devem ser indicados por meio de um processo de seleção aberto, transparente e baseado no mérito”.³

² IV Cúpula do BRICS. Declaração e Plano de Ação de Nova Delhi, Índia, 2012, parágrafo 3. Com exceção dos documentos oficiais cujas traduções estejam disponíveis no site do Itamaraty (<http://brics.itamaraty.gov.br/pt-br/declaracoes-planos-de-acao-e-comunicados>), todos os demais textos originalmente publicados em inglês foram traduzidos livremente pelo autor deste artigo.

³ I Cúpula do BRIC. Declaração Conjunta dos Líderes dos Países BRIC, Ecatimburgo, Rússia, 16 de junho de 2009, parágrafo 3.

A Declaração da Segunda Cúpula, realizada em Brasília, reforça este posicionamento diplomático ao explicitar que “o FMI e o Banco Mundial precisam urgentemente resolver seus déficits de legitimidade” por meio de “uma mudança substancial no poder de voto em favor das economias emergentes de mercado e dos países em desenvolvimento”.⁴

Os países BRICS defendem, ainda, um maior protagonismo do G20 na gestão da economia global⁵. Na mencionada Declaração Conjunta da Primeira Cúpula, os líderes do BRIC “realçam o *papel central* desempenhado pelas Cúpulas do G20 no tratamento da crise financeira” (itálico nosso). Este entendimento é retomado com mais ênfase na Declaração Conjunta da Segunda Cúpula:

“Congratulamos o fato de que o G-20 foi confirmado como o *principal fórum* para a coordenação e cooperação econômica internacional de todos os seus estados membros. Em comparação com acordos anteriores, o G-20 é mais amplo, mais inclusivo, diversificado, representativo e eficaz. (...) Defendemos a necessidade de o G-20 ser pró-ativo e formular uma estratégia coerente para o período pós-crise. Estamos prontos para fazer uma contribuição conjunta para este esforço” (itálico nosso).⁶

⁴ Declaração da II Cúpula do BRICS, Brasília, em 15 de abril de 2010, parágrafo 11. A reforma do FMI começou a ser discutida em 2008 e foi aprovada internamente em 2010. Somente em dezembro de 2015 que o Congresso dos EUA, maior cotista do FMI, aprovou a reforma. Os EUA tiveram a sua quota de 16,7% reduzida para 16,5%. O poder de voto da China passou de 3,8% para 6%. O Brasil cresceu de 1,17% para 2,21%. A reforma deu mais voz aos emergentes enquanto os países europeus tiveram as maiores perdas.

⁵ Todos os países BRICS pertencem ao G20. O G20 foi criado no final dos anos 1990 e formado pelos ministros de finanças e chefes dos bancos centrais das 19 maiores economias do mundo mais a União Europeia. O G20 representa 90% do PIB mundial, 80% do comércio mundial e dois terços da população do mundo. A partir de 2008 passou-se a ter as cúpulas de chefes de Estado e de governo.

⁶ Declaração Conjunta da Segunda Cúpula, 2010, parágrafo 3. Este

Posicionar e fortalecer o G20 como o principal fórum para a coordenação e cooperação econômica internacional legitima os países do BRICS como importantes atores no diálogo sobre os rumos da economia global com os países do G7.⁷

A agenda reformista abrange, também, a ONU. No Comunicado Conjunto do Encontro dos Ministros das Relações Exteriores dos BRIC, em 2008, Brasil, China, Índia e Rússia afirmam “a necessidade de uma reforma abrangente da ONU, com vistas a torná-la mais eficiente, para que possa lidar com os atuais desafios globais de maneira mais eficaz”.⁸ O comunicado expressa o apoio de Rússia e China às aspirações de Brasil e Índia “desempenharem um papel maior nas Nações Unidas”.⁹ O tema da reforma da

entendimento é reiterado na Declaração de Sanya por ocasião da III Cúpula, em seu parágrafo 14: “Apoiamos o Grupo dos Vinte (G20), para que tenha papel cada vez maior nas questões de governança econômica global como o principal fórum para a cooperação econômica internacional”.

⁷ Integram o G7 os seguintes países: Alemanha, Canadá, Estados Unidos, França, a Itália, o Japão e o Reino Unido. A Rússia havia sido convidada a participar do seletivo grupo de países desenvolvidos em 1997. Formou-se, assim, o chamado G7+1 ou, simplesmente, G8. Em 2006, a Rússia sediou pela primeira vez a reunião de cúpula. Mas em 2014, em razão dos conflitos na Ucrânia que pôs em lados opostos a Rússia e os EUA, os russos são excluídos do grupo.

⁸ Comunicado Conjunto do Encontro dos Ministros das Relações Exteriores dos BRIC, Ecaterimburgo, 2008, parágrafo 3. É importante ressaltar que a África do Sul somente ingressa no agrupamento BRIC na II Cúpula realizada no Brasil, em 2010. Na III Cúpula que se realizou na China, o “S” – que faz referência à África do Sul – é, então, adicionado à sigla BRIC para formar o BRICS. O ingresso da África do Sul denota a dimensão política do grupo. Ela é a maior economia da África, mas o 31o maior PIB do mundo, distanciando-se, neste quesito, dos outros quatro países do grupo. A decisão de convidar a África do Sul dá aos BRICS a condição de atuar diplomaticamente em quatro continentes diferentes.

⁹ O tema da reforma da ONU aparece na Declaração Conjunta da Primeira Cúpula, em 2009, em seu parágrafo 14, nos mesmos termos do comunicado do ano anterior, e também na Declaração Conjunta da Segunda Cúpula, em 2010,

ONU é reiterado nas Cúpulas seguintes. Na Terceira Cúpula que se realizou em 2011, na China, os países BRICS reafirmam a necessidade de “reforma abrangente das Nações Unidas, incluindo seu Conselho de Segurança”, e sublinham o apoio de China e Rússia às aspirações de Brasil, Índia e África do Sul por um “papel mais protagonista nas Nações Unidas”, sem mencionar um apoio explícito às pretensões destes três últimos países de integrarem o Conselho de Segurança da ONU como membros permanentes.¹⁰

A sigla BRICS passou a ser vista como uma articulação política com objetivos de poder no sistema internacional e o ceticismo inicial com que potências ocidentais observavam o surgimento do grupo é posto em xeque quando o BRICS funda a sua primeira organização internacional: o Novo Banco de Desenvolvimento (NDB, na sigla em inglês) e amplia a sua interlocução com outros Estados. Sendo assim, podemos dividir a agenda reformista do BRICS em duas vertentes: aquela da *governança econômico-financeira*, com prioridade de atuação no âmbito do G-20 e na defesa da reforma do FMI e do Banco Mundial; e a vertente da *governança política* com a defesa da reforma das Nações Unidas e de seu Conselho de Segurança. O presente artigo discute se estas iniciativas de expansão da atuação do BRICS caminham lado a lado com ambas as vertentes da agenda reformista que está na origem do grupo.

em seu parágrafo 4. Somente na Declaração da Terceira Cúpula, em Sanya, em 2011, que se menciona de modo explícito, e pela primeira vez, a necessidade de reforma do Conselho de Segurança (parágrafo 8). Brasil e Índia, juntamente com a Alemanha e o Japão, fazem parte do chamado G4 e juntos defendem uma reforma do Conselho de Segurança da ONU de modo a serem incluídos como membros permanentes. Alegam que o atual Conselho de Segurança não reflete a estrutura de poder do sistema internacional atual.

¹⁰ Terceira Cúpula dos BRICS. Declaração de Sanya, China, em 14 de abril de 2011, parágrafo 8. Naquele ano, os cinco países do BRICS tinham assento no Conselho de Segurança da ONU e os assuntos relacionados à segurança internacional ganharam relevância na agenda do grupo.

2) A agenda reformista pela vertente econômica para além dos contornos do BRICS: o Novo Banco de Desenvolvimento (NDB).

O BRICS não é uma organização internacional por não ter personalidade jurídica própria e nem ser dotado de uma estrutura institucional permanente em torno da qual se desenvolve a gestão de suas Cúpulas, das reuniões de ministros e decisões tomadas em seu seio. As reuniões anuais preparatórias e as Cúpulas são da responsabilidade do país que exerce a presidência rotativa do grupo no ano em questão. Mas a despeito da falta de uma estrutura institucional que lhe outorgue um caráter de permanência, este modo informal de organização do grupo não impediu que os cinco países identificassem necessidades comuns e considerassem a possibilidade de institucionalizar certas iniciativas estratégicas.

Na Quarta Cúpula em Nova Délhi, em 2012, o BRICS havia exposto a sua insatisfação com “o ritmo lento das reformas das cotas e da governança do FMI”, bem como o fato do Banco Mundial ser uma instituição que não reflete a visão de todos os seus membros, numa alusão à falta de participação dos países em desenvolvimento nas decisões. Conscientes da importância do financiamento de longo prazo para projetos em infraestrutura e das dificuldades de se avançar na reforma das instituições de Bretton Woods, os países BRICS manifestam “a possibilidade de estabelecimento de um novo Banco de Desenvolvimento voltado para a mobilização de recursos para projetos de infraestrutura e de desenvolvimento sustentável em países do BRICS e em outras economias emergentes e países em desenvolvimento”.¹¹ A proposta de criação de um Novo Banco de Desenvolvimento (NDB, na sigla em inglês) é confirmada na V Cúpula¹² e, na VI Cúpula do BRICS, realizada no Brasil em 2014, assinam o Acordo

¹¹ IV Cúpula, Declaração e Plano de Ação de Nova Delhi, em 29 de março de 2012, parágrafos 9, 12 e 13.

¹² V Cúpula, Declaração e Plano de Ação de Ethekwini, Durban, em 27 de março de 2013, parágrafo 9.

constitutivo do NDB que entra em vigor no dia 3 de julho de 2015.¹³ A sede do Banco é em Shanghai e o primeiro escritório regional (“Africa Regional Center”) foi estabelecido em Joanesburgo, na África do Sul, em 2017. O NDB tem um capital inicial subscrito de US\$50 bilhões, dividido igualmente entre os países fundadores, podendo chegar a US\$ 100 bilhões.¹⁴ Foi estabelecido, também, o Arranjo Contingente de Reservas do BRICS (ACR) no valor de US\$100 bilhões. Se o BRICS não é uma organização internacional, o NDB é¹⁵ e provou que o BRICS poderia dar passos significativos na direção de iniciativas concretas capazes de expandir a atuação do grupo.¹⁶

No ano de fundação do NDB muito se discutiu sobre o que seria “novo” no Novo Banco de Desenvolvimento que o diferenciaria do FMI e do Banco Mundial. A Estratégia Geral do

¹³ VI Cúpula. Declaração de Fortaleza, parágrafo 11. Segundo o Acordo sobre o Novo Banco de Desenvolvimento (NDB), em seu artigo 10, “o Banco terá um Conselho de Governadores, um Conselho de Diretores, um Presidente e Vice-Presidentes conforme decidido pelo Conselho de Governadores, e quaisquer outros dirigentes e funcionários que sejam considerados necessários”.

¹⁴ Acordo sobre o Novo Banco de Desenvolvimento (NDB), artigo 7 (a).

¹⁵ Artigo 29 do Acordo sobre o Novo Banco de Desenvolvimento: “O Banco terá personalidade internacional plena”.

¹⁶ O ceticismo em relação ao BRICS persiste, contudo. Para Robert J. Lieber, “Os BRICS não são apenas relutantes em cooperar com a ordem liberal internacional em questões de governança global, mas seu histórico de cooperação entre si também é limitado. Embora eles tenham se reunido anualmente como um grupo desde 2009, e até mesmo estabelecido um banco BRICS, as diferenças entre eles permanecem consideravelmente maiores do que as suas semelhanças e pouco resultado tiveram em termos de realizações tangíveis. Por exemplo, o banco, conhecido como Novo Banco de Desenvolvimento, abriu em julho de 2015 com sede em Xangai, mas enquanto a China procurava ter a carga de financiamento para o novo banco dividida igualmente entre os cinco países do BRICS, os outros preferiam que a China assumisse o fardo maior” (Robert J. Lieber. **Retreat and its Consequences: American foreign policy and the problem of world order.** New York: Cambridge University Press, 2016. p. 80).

NDB para o quinquênio 2017-2021 busca apresentar uma resposta a esta questão: o “NDB pretende-se ‘novo’ em três áreas amplas: *relacionamentos, projetos e instrumentos, e abordagens*”.¹⁷ No que diz respeito à primeira área, o NDB declara que respeitará às prioridades e necessidades de cada país, bem como as leis e procedimentos definidos no nível nacional sobre a implementação do projeto financiado pelo Banco, pois “soberania nacional é primordial”.¹⁸ O respeito ao princípio da soberania dos Estados e a não imposição de condicionalidades para a concessão de empréstimos é uma diretriz do NDB que está prevista no artigo 21 do seu Acordo Constitutivo, em especial nos parágrafos (iii) e (v).¹⁹ Esta diretriz normativa é apresentada como um traço distintivo do NDB em relação ao FMI e ao Banco Mundial, e faz ecoar os princípios de coexistência pacífica enunciados na Conferência de Bandung, em 1955, quando 29 Estados asiáticos e africanos discutiram formas de cooperação em oposição ao colonialismo das duas grandes potências da época

¹⁷ Estratégia Geral do NDB: 2017-2021.

¹⁸ No que diz respeito aos “novos projetos e instrumentos”, o desenvolvimento da infraestrutura sustentável é o núcleo da estratégia operacional do NDB. Na linha de assumir uma política ambientalmente responsável, o NDB completou, em 2016, a venda de seus primeiros “títulos verdes” no mercado interbancário da China e avaliados em 3 bilhões de yuans (USD 448,9 milhões). Quanto às “novas abordagens”, o NDB assume o desafio de ser “rápido, flexível e eficiente ... sem burocracia desnecessária”.

¹⁹ “Artigo 21. Princípios operacionais. As operações do Banco serão conduzidas de acordo com os seguintes princípios: (iii) Na preparação de qualquer programa ou estratégia de país, no financiamento de qualquer projeto ou ao fazer descrição ou referência a um determinado território ou área geográfica em seus documentos, o Banco não terá pretendido fazer qualquer julgamento sobre a situação jurídica ou outra condição de qualquer território ou área; (...) (v) O Banco não imporá restrições sobre a aquisição de bens e serviços de qualquer país membro com os recursos de qualquer empréstimo, investimento ou outro financiamento realizado nas operações ordinárias ou especiais do Banco, e condicionará, em todos os casos adequados, seus empréstimos e outras operações a convites a todos os membros para a apresentação de propostas”.

da Guerra Fria. Um princípio basilar da coexistência pacífica é o respeito integral da soberania dos Estados, isto é, a não-intervenção externa nos assuntos internos e o respeito aos regimes e formas de governo de cada país. Entretanto, vale destacar, as motivações que estão por detrás do respeito ao princípio da soberania pelo NDB não se assemelham às motivações da Conferência de Bandung. Em primeiro lugar, o NDB não é um país, mas uma organização internacional. Em segundo lugar, é uma instituição criada por cinco países que são um subgrupo de elite dentro do conjunto maior dos países em desenvolvimento e, em terceiro, o NDB não se contrapõe aos países desenvolvidos pois admite, em seu Acordo constitutivo, a possibilidade destes países integrarem o Banco, ainda que com certas limitações.

Nos termos do artigo 2º do Acordo do NDB, o propósito do Banco é mobilizar recursos para projetos “nos BRICS e outras economias de mercado emergentes e países em desenvolvimento”²⁰. Exclui-se, portanto, o financiamento de projetos de infraestrutura em países desenvolvidos. Este é um aspecto característico da atuação do Banco. Entretanto, o artigo 5º do Acordo, que trata da adesão de novos membros, estabelece que “a associação será aberta a membros das Nações Unidas em tal momento e de acordo com tais termos e condições que o Banco determinar por uma maioria especial do Conselho de Governadores”. E complementa: “a adesão ao Banco será aberta a membros tomadores e não tomadores de empréstimos”.²¹ O NDB permite, portanto, a admissão de novos sócios, sejam eles países desenvolvidos ou em desenvolvimento.²²

²⁰ Art. 2o do Acordo do NDB.

²¹ Art. 5º (b) do Acordo do NDB.

²² O NDB está em processo de negociação para admissão de novos países membros. É o que revelou Zhu Xian, vice-presidente do NDB e diretor de operações: “É muito provável que veremos novos membros se juntando a nós em 2017 ou 2018”. A declaração de Zhu Xian foi publicada no próprio website do NDB sob o título “BRICS New Development Bank hopes to expand by drawing other nations as members”. Link: <http://www.ndb.int/media/brics-new-development-bank-hopes-expand-drawing-nations-members/>.

Porém, o Acordo estabelece algumas limitações para *membros não-fundadores* e *países não-tomadores de empréstimos* no que diz respeito ao poder de voto. Em relação a estes últimos, ou seja, aos países desenvolvidos, o poder de voto não pode ultrapassar os 20%. Além disso, os países BRICS, fundadores do NDB, mantêm a prerrogativa de serem, conjuntamente, os maiores acionistas do Banco.²³ Assim, “nenhum aumento na subscrição de qualquer membro no capital social tornar-se-á efetivo, e nem qualquer direito de subscrição será dispensado, caso tenha o efeito de: (i) Redução do poder de voto dos membros fundadores abaixo de 55 (cinquenta e cinco) por cento do poder de voto total”.²⁴ Estas restrições aos países desenvolvidos podem ser vistas como uma garantia de que o NDB não se desviará das diretrizes que norteiam a ação política do BRICS em prol dos mercados emergentes e dos países em desenvolvimento.

Mas a despeito do Acordo do NDB reservar aos países BRICS o controle acionário do Banco e estabelecer limites à participação dos países desenvolvidos, há que se questionar se a admissão de novos países membros no NDB converge com os objetivos do próprio BRICS de ampliação do diálogo e da participação dos mercados emergentes e países em desenvolvimento em torno de sua agenda reformista.

²³ Esta prerrogativa está refletida, também, no sistema de voto. O acordo faz uma distinção entre “uma maioria simples”, “uma maioria qualificada” e “uma maioria especial”. Em relação a este último, estabelece que o seguinte: “Onde disposto neste Acordo, uma maioria especial será compreendida como votos afirmativos de quatro dos membros fundadores, concomitante com votos afirmativos de dois terços do poder de voto total dos membros.” Artigo 6(b) do Acordo do NDB.

²⁴ Artigo 8 (c) do Acordo do NDB.

3) A agenda reformista pela vertente política para além dos contornos do BRICS: os diálogos de *outreach* e BRICS-Plus.

A primeira década do BRICS finda-se em um contexto internacional diferente daquele dos seus anos iniciais. Quando da sua criação, os países do BRIC mantinham taxas de crescimento elevadas e gozavam de maior estabilidade política e social. Hoje, 10 anos após a sua primeira Cúpula, o BRICS enfrenta um contexto diverso no plano doméstico e adverso no plano internacional.

De todos os cinco países, apenas China e Índia mantêm patamares de crescimento altos. O PIB da Índia em 2017 foi de 6.7%, subiu para 7.3% em 2018, e espera-se que em 2019 alcance o percentual de 7.4%. A China, que registrou um PIB de 6.9% em 2017, caiu para 6.6% em 2018, e o governo chinês trabalha com o objetivo de manter um PIB entre 6 e 6.5% em 2019.²⁵ A estimativa para os próximos anos é que a China continue em um processo de desaceleração suave, podendo ter um PIB de 6.2% em 2020. O PIB da Índia e o da China discrepam das previsões para os demais países BRICS. A economia russa registrou crescimento de 1,5% e 1.7% em 2017 e 2018, respectivamente. A África do Sul registrou um PIB de 1.3% em 2017 e 0.8% em 2018, mas com previsão de crescimento nos próximos anos. E o Brasil, depois de dois anos com taxas negativas, registrou crescimento de 1% em 2017 e 1.4% em 2018²⁶, mantendo um cenário de incertezas políticas e econômicas à frente.

Rússia, África do Sul e Brasil destoam dos países em desenvolvimento em geral que possuem tendência de alta do PIB. Segundo estudos do Banco Mundial, a média anual da taxa de

²⁵ South China Morning Post. “China lowers 2019 GDP growth target to 6-6.5 per cent range”. Em 5 de março de 2019. Link: <https://www.scmp.com/economy/china-economy/article/2188625/china-lowers-2019-gdp-growth-target-6-65-cent-range>.

²⁶ IMF DataMapper. Acesso em 22 de fevereiro de 2018. Link: https://www.imf.org/external/datamapper/NGDP_RPCH@WEO/OEMDC/ADVEC/WEOORLD/CHN

crescimento do PIB desses países chegará a 4.7% em 2020, enquanto que para as economias avançadas a média do PIB será de 1.7% naquele mesmo ano. O BRICS, como grupo, manterá percentuais de crescimento acima dos países de alta renda e dos países em desenvolvimento, mas tal desempenho deve ser atribuído, sobretudo, às economias da Índia e da China (ver tabela 1).²⁷

	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Países de alta renda	1,7	2,3	2,2	2,0	1,7	1,6
Países em desenvolvimento	4,0	4,6	4,4	4,4	4,7	4,7
BRICS	4,4	5,2	5,3	5,2	5,3	5,3

Tabela 1. Fonte: World Bank – Global Economic Prospect.

Nesta mesma linha de raciocínio sobre a performance econômica dos países em desenvolvimento, vale mencionar estudo da PwC intitulado *“The World in 2050 – the long view: how will the global economic order change by 2050?”*. Tendo como referência o PIB em paridade de poder de compra, este estudo prevê um desempenho econômico destacado para os mercados emergentes que dominarão o ranking das 10 maiores economias do mundo em 2050 (tabela 2).²⁸ Com exceção da África do Sul, os outros quatro países do BRICS estarão entre as dez maiores economias.

²⁷ World Bank - Global Economic Prospect, 2019. Acesso no link: <http://www.worldbank.org/pt/news/press-release/2019/01/08/darkening-prospects-global-economy-to-slow-to-29-percent-in-2019-as-trade-investment-weaken> .

²⁸ Relatório publicado em fevereiro de 2017. Link: <https://www.pwc.com/gx/en/issues/economy/the-world-in-2050.html>

Emerging markets will dominate the world's top 10 economies in 2050 (GDP at PPPs)

	2016	2050	
China	1	1	China
US	2	2	India
India	3	3	US
Japan	4	4	Indonesia
Germany	5	5	Brazil
Russia	6	6	Russia
Brazil	7	7	Mexico
Indonesia	8	8	Japan
UK	9	9	Germany
France	10	10	UK

E7 economies
 G7 economies

Sources: IMF for 2016 estimates, PwC analysis for projections to 2050

Tabela 2: The World in 2050 (PwC)

Mas se há prognósticos positivos para as economias emergentes e os países em desenvolvimento, há, por outro lado, riscos não negligenciáveis em razão da tendência atual de expansão do protecionismo no comércio internacional. Relatório do Banco Mundial indica que a economia global deve desacelerar para 2.9% em 2019 por causa do enfraquecimento do comércio e da redução dos investimentos. A política externa protecionista e unilateralista dos EUA sob o governo do Presidente Donald Trump, submetida ao princípio do "America first", juntamente com as tensões políticas dos EUA com a Rússia e a guerra comercial e tecnológica contra a China trazem ainda mais incertezas quanto ao futuro da economia global e da ordem internacional.

Diferentemente dos EUA, a China tem procurado apoiar o multilateralismo. Em março de 2017, o Ministro das Relações Exteriores da China, Wang Yi, anunciou a proposta do governo chinês de redefinir os contornos do BRICS a fim de incluir outras grandes economias em desenvolvimento. Esta proposta ficou conhecida como “BRICS Plus”. Segundo Wang Yi, a China “vai explorar as modalidades de expansão para o ‘Brics Plus’ e construirá uma parceria mais ampla, mantendo diálogos com outros países e organizações em desenvolvimento, para transformar o grupo na plataforma mais influente para a cooperação Sul-Sul no mundo”²⁹. Na opinião do economista chefe do Eurasian Development Bank (EDB), Yaroslav Lissovlik, ao referir-se à “Cooperação Sul-Sul”, o Ministro chinês evidencia que a proposta do BRICS-plus não é expandir “o núcleo da associação incluindo os maiores países desenvolvidos, mas aumentar a sua abertura e acessibilidade à integração de países do mundo em desenvolvimento”³⁰. Não se pode afirmar que se trata apenas de uma escolha meramente política pois a proposta tem razões econômicas se levarmos em conta as perspectivas de crescimento do PIB dos mercados emergentes e dos países em desenvolvimento.

O conceito BRICS-Plus gerou polêmica. Ainda que nenhum convite a um terceiro país tenha sido feito ou pedido de adesão formalizado – até porque o BRICS, por não ser uma organização internacional, não possui nenhum mecanismo formal de adesão de novos membros – especulou-se que a China teria interesse em convidar o México, o Paquistão e o Sri Lanka para ingressarem no BRICS naquele ano de 2017.³¹ Todavia, analistas indianos

²⁹ “China propõe o ‘Brics Plus’, com possível adesão de México, Paquistão e Sri Lanka”. Radio France International. Publicado em 20 de abril de 2017. (<http://br.rfi.fr/mundo/20170420-linha-direta-china-brics-plus>).

³⁰ China Daily. “‘BRICS Plus’ can become new integration model for world economy: EDB chief economist”. Em 17 de abril de 2017. Link: http://www.chinadaily.com.cn/business/2017-04/17/content_28957032.htm

³¹ “China propõe o ‘Brics Plus’, com possível adesão de México, Paquistão e Sri Lanka”. Radio France International. Publicado em 20 de abril de 2017. (<http://>

consideravam estes dois últimos países como sendo pró-Pequim.³² Havia, ainda, uma percepção de que o “BRICS-plus” seria parte de uma estratégia da política externa chinesa de atrelar o BRICS ao projeto que é visto como prioritário para o governo chinês, qual seja, a iniciativa “Um Cinturão e Rota”, lançada pelo Presidente Xi Jinping em 2013 e que poderá ser, nas palavras de Tian Jinchun, a “maior plataforma econômica do mundo”³³, atravessando a Ásia Central até a Europa por meio de duas vias, sendo uma terrestre (Cinturão Econômico da Rota da Seda) e outra marítima (Rota da Seda Marítima do Século 21). No âmbito desta iniciativa, China e Paquistão firmaram um acordo em 2015 para a construção de um corredor econômico que passa por parte da Cachemira ocupada

br.rfi.fr/mundo/20170420-linha-direta-china-brics-plus).

³² The Times of India. “China wants ‘BRICS plus’ to include ‘friendly’ countries, plan might hurt India’s interests”. 9 de março de 2017. Link: <http://timesofindia.indiatimes.com/world/china/china-wants-brics-plus-to-include-friendly-countries-plan-might-hurt-indias-interests/articleshow/57542116.cms>.

³³ Tian Jinchun. “‘One Belt and One Road’: connecting China and the world”. McKinsey. Julho de 2016. Link: <http://www.mckinsey.com/industries/capital-projects-and-infrastructure/our-insights/one-belt-and-one-road-connecting-china-and-the-world>. Vale mencionar um fato que ocorreu em 2014, contado por Renato Baumann, e que pode servir de reflexão quando se discute a possibilidade de o BRICS ser absorvido pelo projeto “Um Cinturão e Rota”: “Em 2014, as celebrações dos primeiros dez anos do IBAS [Forum de diálogo trilateral que abrange a Índia, o Brasil e a África do Sul] foram canceladas no último minuto e propostas para realizar uma cúpula paralela desse grupo, para aproveitar a presença da reunião dos chefes de estado em Fortaleza para a cúpula dos BRICS, não se concretizou. Há, portanto, indícios de um movimento explícito em direção a um redirecionamento gradual de foco em favor dos BRICS e em detrimento do IBAS. Tendo em mente a grande distância entre a economia da China e as outras economias do grupo dos BRICS, há sempre o risco de que o grupo seja convertido em algo que se assemelhe a uma associação ‘China mais quatro’”. (Renato Baumann. “BRICS: Opportunity and Challenge for the International Insertion of Brazil”. In: BAUMANN, Renato, et al. **BRICS Studies and Documents**. Brasília: FUNAG, 2017, p 29).

pelo governo paquistanês e reivindicada pela Índia. O mal-estar entre Índia e China ficou exposto quando o governo indiano, tendo sido convidado pelo governo chinês, não compareceu ao “Forum Cinturão e Rota para Cooperação Internacional” realizado em maio de 2017, em Pequim.

Mesmo diante dos impasses dentro do próprio BRICS, a proposta do BRICS-Plus foi incluída na Declaração da IX Cúpula do BRICS, em Xiamen, nos seguintes termos:

“6. (...) Estimularemos nossa cooperação prática para impulsionar o desenvolvimento dos países do BRICS. (...) Também nos esforçaremos para firmar amplas parcerias com os EMDCs³⁴ e, nesse contexto, buscaremos práticas e iniciativas flexíveis e equilibradas para o diálogo e a cooperação com países não participantes do BRICS, inclusive através da cooperação BRICS Plus.”³⁵

Na declaração da X Cúpula dos BRICS menciona-se a realização da “segunda cooperação do BRICS Plus com mercados emergentes e países em desenvolvimento (EMDCs)”.³⁶ Apesar dos contornos ainda indefinidos sobre o conteúdo desta proposta, pode-se apontar alguns pontos positivos. O “BRICS Plus” pode ter o efeito de diluir o peso relativamente alto da economia da China

³⁴ EMDCs é a sigla em inglês para se referir aos “Mercados Emergentes e Países em Desenvolvimento”.

³⁵ Ministério das Relações Exteriores do Brasil. IX Cúpula do BRICS – Declaração de Xiamen, China, 4 de setembro de 2017. Tradução não-oficial. Documento disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/17384-nona-cupula-do-brics-declaracao-de-xiamen-xiamen-china-4-de-setembro-de-2017>.

³⁶ Ministério das Relações Exteriores do Brasil. X Cúpula dos BRICS – Declaração de Joanesburgo, África do Sul, 27 de julho de 2018, parágrafo 9. Documento disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/19236-x-cupula-dos-brics-declaracao-de-joanesburgo-27-de-julho-de-2018-ingles>.

e da Índia sobre o grupo, e está em sintonia com os diálogos de *outreach*. Estes diálogos dizem respeito à participação de Estados terceiros nas Cúpulas do BRICS na qualidade de convidados. O objetivo, neste caso, é divulgar o BRICS e aumentar o engajamento e a cooperação com outros países não integrantes do grupo, notadamente economias emergentes e em desenvolvimento, e também organizações internacionais e regionais relevantes.³⁷

Estes diálogos já vêm ocorrendo muito antes da proposta do BRICS-Plus. Em 2013, por ocasião da V Cúpula que se realizou em Durban, os líderes dos países BRICS reuniram-se com líderes de países do continente africano “para discutir como fortalecer a cooperação entre os países do BRICS e o continente africano”.³⁸ Na VI Cúpula, em Fortaleza, os governos dos países BRICS realizaram uma sessão conjunta com os líderes das nações sul-americanas, integrantes da UNASUL³⁹, “com vistas a promover a cooperação entre os BRICS e a América do Sul”⁴⁰. A VII Cúpula do BRICS em Ufá, na Rússia, realizou-se juntamente com a União Econômica Euroasiática e com a Organização de Cooperação de Shanghai (OCS) que tem como membros, além da Rússia e China,

³⁷ Na III Cúpula, os países BRICS declararam o seguinte: “Estamos abertos a um crescente engajamento e cooperação com terceiros-países, em especial os emergentes e em desenvolvimento, assim como organizações internacionais e regionais.” Declaração e Plano de Ação de Sanya, 14 de abril de 2011, parágrafo 6. Na declaração da V Cúpula, em Durban, 2013, os países BRICS retomam o assunto: “Encontramo-nos abertos a incrementar nosso engajamento e cooperação com os países não membros do BRICS, e, em particular, com as Economias Emergentes e Países em Desenvolvimento, e organizações internacionais e regionais relevantes, como previsto na Declaração de Sanya.” Declaração e Plano de Ação de eThekweni, parágrafo 3. E na VI Cúpula, em Fortaleza, em 2014, os países BRICS reafirmam sua abertura para aumentar o engajamento com outros países (Declaração da VI Cúpula, parágrafo, 3).

³⁸ V Cúpula, Declaração de eThekweni, em 27 de março de 2013, parágrafo 3.

³⁹ UNASUL (União de Nações Sul-americanas) é uma organização intergovernamental que reúne os doze países sul-americanos.

⁴⁰ VI Cúpula dos BRICS. Declaração de Fortaleza, 15 de julho de 2014, parágrafo 3.

o Cazaquistão, o Quirguistão, o Tadjiquistão e o Uzbequistão. Por ocasião deste encontro, a OCS estabeleceu os procedimentos de adesão para a Índia e o Paquistão que foram aceitos como membros desta organização dois anos depois. Na VIII Cúpula do BRICS, na Índia, os líderes dos cinco países reuniram-se com seus homólogos dos países da Iniciativa da Baía de Bengala para Cooperação Técnica Multissetorial e Econômica (BIMSTEC), que envolve, além da Índia, Bangladesh, Butão, Myanmar, Nepal, Sri Lanka e Tailândia. Na IX Cúpula foram convidados pelo governo chinês o Egito, a Guiné, o México, o Tadjiquistão e a Tailândia. E a X Cúpula, por sua vez, acolheu o “BRICS-Africa Outreach”.

Estes processos de *outreach* são conduzidos pelo país que hospeda e preside a Cúpula. Não há indicações de que os demais países do BRICS participam de modo decisivo da decisão sobre a escolha dos países não-BRICS a serem convidados para a Cúpula. Em outras palavras, os diálogos de *outreach* submetem-se aos interesses prioritários do país que hospeda a Cúpula e não ao interesse do conjunto do BRICS a partir de uma avaliação estratégica e consensual sobre este diálogo.

Por fim, é legítimo perguntar se o BRICS-Plus e os diálogos de *outreach* reforçam a agenda em defesa da reforma das instituições internacionais. No que diz respeito ao BRICS Plus, trata-se de avaliar se esta proposta traria o risco de tornar o BRICS uma plataforma restrita à cooperação econômica. E, no que diz respeito aos processos de *outreach*, trata-se de indagar se eles têm servido apenas aos interesses regionais dos países que sediam a Cúpula, pondo de lado a agenda política mais ampla do BRICS. De todo modo, tanto um quanto outro têm a vantagem de promover o multilateralismo e a construção de uma ordem internacional multipolar e mais democrática.

A primeira década do BRICS é marcada pelo esforço conjunto de ampliação da atuação diplomática do grupo. Mas a segunda década que se inicia em 2019 traz um novo desafio, agora intra-BRICS, revelado nos riscos de um retrocesso ao que havia sendo feito até então devido a um possível desengajamento de um de seus membros e à perda de impulso da agenda reformista.

4) A XI Cúpula do BRICS e o desafio intra-BRICS.

A XI Cúpula inaugura a primeira década do BRICS e será sediada no Brasil. Há dúvidas sobre se o atual governo brasileiro dará ao BRICS a mesma relevância que tinha outrora quando o grupo foi criado e o país era governado pelo Partido dos Trabalhadores. O atual presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, identificado como sendo representante da extrema-direita, tem manifestado publicamente a sua preferência por um maior alinhamento do Brasil com os Estados Unidos. Na opinião do diplomata Rubens Ricúpero, a subalternidade incontida do governo brasileiro em relação aos EUA é revelado em três fatos: 1) a oferta de uma base militar aos Estados Unidos; 2) o anúncio da mudança da embaixada brasileira em Israel da cidade de Tel Aviv para Jerusalém, e 3) a proposta de retirada do Brasil do Acordo de Paris sobre Mudanças Climáticas.⁴¹ Todas estas medidas foram anunciadas pelo Jair Bolsonaro sem que se pudesse saber quais ganhos adviriam para o Brasil e se elas refletiriam, de fato, o interesse nacional brasileiro. Setores da sociedade brasileira forçaram o governo brasileiro a recuar. Contudo, em nenhum momento o Presidente Bolsonaro explicitou um desejo irrevogável de abandonar aquelas propostas de política externa.

Além do alinhamento com os EUA, o governo brasileiro tem dado sinais de que terá uma política externa menos comprometida com o multilateralismo e com as organizações internacionais. Quando era candidato à Presidência da República, Jair Bolsonaro manifestou seu desapeço em relação à ONU declarando o seguinte:

⁴¹ Revista Época. "Submissão de Ernesto Araújo à Washington não respeita 'decência, soberania ou patriotismo'". Data da publicação: 28 de fevereiro de 2019. Link de acesso: <https://epoca.globo.com/ricupero-submissao-de-ernesto-araujo-washington-nao-respeita-decencia-soberania-ou-patriotismo-23489582>

“Se eu for presidente eu saio da ONU, não serve para nada esta instituição. É uma reunião de comunistas, de gente que não tem qualquer compromisso com a América do Sul, pelo menos”.⁴²

Uma interpretação menos pessimista atribuída a esta fala sustentaria haver uma preocupação do Bolsonaro com a América do Sul. Mas mesmo as organizações internacionais criadas com o intuito de promover a integração regional com os países da América do Sul estão na mira de seu governo. Ao ser questionado por uma repórter do jornal argentino *Clarín* se o Brasil continuaria no Mercosul, o Ministro da Economia do Brasil, Paulo Guedes, respondeu que o “Mercosul não será prioridade” e ainda declarou que “o Mercosul foi feito totalmente ideológico”, ignorando que tal organização foi fundada em 1991 quando o Brasil era governado por partidos identificados com as forças políticas da direita.⁴³ A União das Nações Sul-Americanas (UNASUL) – esta, sim, criada durante o governo Lula, do Partido dos Trabalhadores – também é objeto de crítica sob um viés antiesquerdista de Bolsonaro. Em discurso proferido na Câmara Federal, em 9 de dezembro de 2014, quando ainda era deputado federal, Bolsonaro criticou a então Presidente Dilma Rousseff por estar se reunindo na UNASUL “com a escória da América Latina”. Esta retórica agressiva devia-se ao fato de que a maior parte dos países integrantes da UNASUL eram governados por partidos de esquerda.

Os discursos anticomunistas de Bolsonaro tornaram-se uma constante em sua campanha para a presidência em 2018.

⁴² G1. “Bolsonaro diz que vai tirar Brasil da ONU se for eleito presidente”. Publicado em 18 de agosto de 2018. Link de acesso: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/noticia/2018/08/18/bolsonaro-diz-que-vai-tirar-brasil-da-onu-se-for-eleito-presidente.ghtml>

⁴³ Época Negócios. “Paulo Guedes: Mercosul não será prioridade no governo Bolsonaro”. Em 28 de outubro de 2018. Link de acesso: <https://epocanegocios.globo.com/Economia/noticia/2018/10/paulo-guedes-mercossul-nao-sera-prioridade-no-governo-bolsonaro.html>.

Por meio deles reinstala-se no imaginário político dos eleitores a lógica binária da Guerra Fria, dividindo a sociedade brasileira entre aqueles que o apoiam e, de outro lado, como seu antípoda, os “comunistas” e “esquerdistas”. É razoável questionar qual será o impacto desta visão política enviesada do governo sobre a política externa brasileira, notadamente sobre a atuação diplomática do Brasil no BRICS que conta com dois importantes países governados por partidos comunistas, quais sejam: a China e a Rússia.

Há, ainda, outra clivagem no discurso político do governo de Bolsonaro que divide o mundo entre “Ocidente” e “Oriente”. O Ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, em artigo publicado com o título “Trump e o Ocidente”, defende uma política externa de resgate dos “valores ocidentais” de modo que, segundo ele, o Ocidente não mais fique preso ao jogo da geopolítica pois, neste caso, “está fadado a perder”. Araújo finaliza o artigo declarando que “somente Trump pode ainda salvar o Ocidente”.⁴⁴ Desde esta perspectiva, como conciliar uma missão autoatribuída de resgate dos valores ocidentais em uma plataforma internacional cuja maior característica – e legitimidade – advém do fato de ser um agrupamento de países culturalmente e politicamente diversos, e onde os países militarmente e economicamente mais poderosos – no caso, os “RIC” do BRICS – estão no Oriente?

Estas declarações públicas conduzem à reflexão sobre qual será o grau de envolvimento do Brasil no grupo. Haverá risco do Brasil se retirar do BRICS ou se tornar um país menos comprometido com a proposta original? Matéria publicada no jornal Folha de São Paulo, em dezembro de 2018, revelou conteúdo de um texto escrito pelo Ministro das Relações Exteriores que havia sido enviado reservadamente para a equipe de campanha do Jair Bolsonaro. Nele, Araújo advoga uma política externa de “contestação ao eixo globalista China-Europa-esquerda americana” e defende que o Brasil questione os BRICS e tente substituí-lo por “um Brics

⁴⁴ Ernesto Henrique Fraga Araújo. “Trump e o Ocidente”. In **Cadernos de Política Exterior**/Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais. Ano III, n. 6. Brasília: FUNAG, 2017, pp. 352 e 356, respectivamente.

antiglobalista sem a China". Araújo teria sugerido, ainda, "utilizar os organismos financeiros internacionais para frear a crescente dependência dos países em desenvolvimento em relação ao capital chinês. Virar o jogo da globalização contra a China".⁴⁵

Quais seriam os custos para o Brasil de assumir uma postura anti-China?

A balança comercial do país no acumulado de 2018 foi positiva com a China (US\$ 23.3 bilhões), Índia (US\$ 393,3 milhões) e com a África do Sul (US\$ 605 milhões). Foi negativa apenas com a Rússia em US\$ 1.3 bilhões. O BRICS dá ao Brasil um superávit de US\$23 bilhões, aproximadamente. Mas o superávit do Brasil com o BRICS equivale ao superávit que tem no comércio com a China, seu maior parceiro comercial desde 2009. Desde esta perspectiva, ser contra a China trará mais efeitos negativos para o Brasil do que ser contra o BRICS. A razão da rejeição à China é meramente político-ideológica pois não tem qualquer justificativa sob o ponto de vista econômico. Resta saber se o realismo imposto pela experiência de ser governo mudará substancialmente esta visão de mundo do governo brasileiro. Provavelmente, dentre as duas vertentes do BRICS, o governo Bolsonaro tende a diminuir o engajamento do Brasil na cooperação política e dará prioridade à vertente econômica em razão, sobretudo, da inauguração da sede regional do NDB no Brasil por ocasião da Cúpula de 2019. Se este evento se configurar suficiente para que o Brasil seja visto como um parceiro comprometido com o BRICS, então o grupo poderá estar conscientemente sacrificando a vertente política em prol da econômica.

⁴⁵ Folha de São Paulo. "Futuro chanceler propôs a Bolsonaro pacto cristão com EUA e Rússia". Em 16 de dezembro de 2018. Link de acesso: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2018/12/futuro-chanceler-propos-a-bolsonaro-pacto-cristao-com-eua-e-russia.shtml>.

5) Considerações finais

O mundo ocidental desenvolvido considerou o surgimento do BRICS com ceticismo. Afinal, como países geograficamente tão distantes e culturalmente diferentes poderiam impulsionar uma agenda comum capaz de fazê-los alcançar objetivos de interesse nacional que abrangessem, também, a reforma de organizações internacionais? Em outras palavras, como eles poderiam funcionar como um grupo?

A legitimidade do BRICS no cenário internacional advém da ação conjunta nos fóruns internacionais como o G20, das reivindicações por um sistema internacional multipolar, da construção de uma agenda multissetorial entre os seus membros e, também, como é comum se dizer, da grandeza dos números que o caracteriza. O BRICS conta com uma população total de, aproximadamente, 3 bilhões de pessoas, representando 42% da população mundial, é composto de países com grandes extensões territoriais, tem uma presença transcontinental que adiciona um valor estratégico ao grupo, e o seu peso econômico na economia mundial é significativo.

Mas a segunda década do BRICS inicia-se em um contexto de aumento das assimetrias econômicas entre os cinco países. O resgate da capacidade do grupo de atuar conjuntamente em outros fóruns multilaterais de natureza política é, hoje, uma questão em aberto.

A agenda em defesa da reforma das instituições internacionais de modo a refletir a nova configuração de poder internacional e aumentar a participação dos países BRICS nos processos decisórios internacionais de um modo compatível com a relevância de suas economias tem sido uma constante nas declarações das Cúpulas. No momento em que as organizações internacionais do pós-Segunda Guerra Mundial sofrem de paralisia institucional e crescente falta de legitimidade, iniciativas de ampliação de espaços de diálogo e de promoção da cooperação internacional como o BRICS-plus e os diálogos de *outreach* são bem-vindas pois promovem o multilateralismo e colaboram com a

construção de uma ordem internacional mais inclusiva. Resta saber se as vertentes econômicas e políticas do BRICS serão preservadas com estas iniciativas de expansão da atuação do grupo.

No que diz respeito ao NDB, a vertente econômica do BRICS tem o potencial de transbordar os contornos originais do agrupamento na medida em que o Acordo Constitutivo do Banco permite a adesão de países desenvolvidos, ainda que com certas limitações. Em contrapartida, mesmo com a presença de países desenvolvidos, o NDB pode vir a fortalecer, por meio de mecanismos institucionais, a agenda do BRICS em defesa da reforma do FMI e do Banco Mundial.

Já em relação à vertente política, questiona-se quais os efeitos dos diálogos de *outreach* e do BRICS-plus sobre o BRICS. De um lado, eles ampliam o espaço de ação política do grupo com países de perfis econômicos, territoriais e populacionais bem distintos dos cinco membros do BRICS; mas, de outro lado, mantém-se fiel ao objetivo de fortalecimento da cooperação Sul-Sul em consonância com o Comunicado Conjunto emitido no encontro em Ecatimburgo, em 2008, quando os líderes dos países BRIC declararam que “a cooperação Sul-Sul é um elemento importante dos esforços internacionais no campo do desenvolvimento”, situando o BRICS no grande conjunto dos países em desenvolvimento.

Mesmo tendo em conta as dificuldades internas e externas, O BRICS e o NDB tendem à expansão. Contudo, iniciativas de ampliação do diálogo ou de projeção institucional do BRICS podem tanto fortalecer a narrativa original do grupo, aumentando o nível de acessibilidade e influência dos países em desenvolvimento junto aos principais fóruns internacionais, como diluí-la em torno de uma agenda que dê menos ênfase às reformas das instituições internacionais. Em um mundo com tendências protecionistas, o prognóstico positivo a respeito das economias dos países em desenvolvimento revela a pertinência da proposta de ampliação do BRICS. Entretanto, ela pode trazer poucos benefícios se se mantiver o recorrente padrão de trocas comerciais que caracteriza a relação Norte-Sul.

É preciso situar o BRICS em seu contexto histórico para afastar o risco de se avançar na direção contrária àquela que motivou a sua criação. Se a agenda de reforma das instituições internacionais permanecer no horizonte do BRICS, então o projeto original, ampliado ou não com novos membros, terá sido preservado e mantido o seu ímpeto original às vésperas de iniciar a sua segunda década de existência. Do contrário, o BRICS terá sido mais uma tentativa fracassada de ação diplomática de países em desenvolvimento visando uma transformação da ordem internacional e do sistema internacional.

Referências

Declarações e Acordos

Agreement on the New Development Bank.

Delhi Declaration and Action Plan of the Fourth Summit, 2012.

Ethekwini Declaration and Action Plan of the Fifth Summit, in Durban. March, 2013

Joint Communiqué. BRICS Foreign Affairs Ministers' Meeting in Yekaterinburg, May 16, 2008.

Joint Statement of the First Summit, em 2009

Joint Statement of the Second Summit, em 2010

NDB's General Strategy: 2017-2021.

Sanya Declaration and Action Plan. Third Summit. Sanya (China), April 14, 2011.

Sixth Summit: Fortaleza Declaration, July 15th, 2014.

World Economic Outlook, FMI. January 2017.

Artigos e Notícias:

ARAÚJO, E. H. F. “Trump e o Ocidente”. In **Cadernos de Política Exterior**/Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais. Ano III, n. 6. Brasília: FUNAG, 2017, pp. 323-357.

BAUMANN, R. “BRICS: Opportunity and Challenge for the International Insertion of Brazil”. In: BAUMANN, R. et al.. **BRICS Studies and Documents**. Brasília: FUNAG, 2017, pp.21-52.

China Daily. “‘BRICS Plus’ can become new integration model for world economy: EDB chief economist”. Em 17 de abril de 2017. Link: http://www.chinadaily.com.cn/business/2017-04/17/content_28957032.htm.

Época Negócios. “Paulo Guedes: Mercosul não será prioridade no governo Bolsonaro”. Em 28 de outubro de 2018. Link de acesso: <https://epocanegocios.globo.com/Economia/noticia/2018/10/paulo-guedes-mercossul-nao-sera-prioridade-no-governo-bolsonaro.html>.

Folha de São Paulo. “Futuro chanceler propôs a Bolsonaro pacto cristão com EUA e Rússia”. Em 16 de dezembro de 2018. Link de acesso: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2018/12/futuro-chanceler-propos-a-bolsonaro-pacto-cristao-com-eua-e-russia.shtml>.

G1. “Bolsonaro diz que vai tirar Brasil da ONU se for eleito presidente”. Publicado em 18 de agosto de 2018. Link de acesso: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/noticia/2018/08/18/bolsonaro-diz-que-vai-tirar-brasil-da-onu-se-for-eleito-presidente.ghtml>.

IMF DataMapper. Acesso em 22 de fevereiro de 2018. Link: https://www.imf.org/external/datamapper/NGDP_RPCH@WEO/OEMDC/ADVEC/WEO_WORLD/CHN

JINCHEN, T. “‘One Belt and One Road’: connecting China and the world”. McKinsey. Julho de 2016. Link: <http://www.mckinsey.com/industries/capital-projects-and-infrastructure/our-insights/one-belt-and-one-road-connecting-china-and-the-world>.

LIEBER, R. J. **Retreat and its Consequences**: American foreign policy and the problem of world order. New York: Cambridge University Press, 2016.

New Development Bank: “BRICS New Development Bank hopes to expand by drawing other nations as members”. Link: <http://www.ndb.int/media/brics-new-development-bank-hopes-expand-drawing-nations-members/>.

PriceWaterhouseCoopers. Relatório publicado em fevereiro de 2017. Link: <https://www.pwc.com/gx/en/issues/economy/the-world-in-2050.html>.

Radio France International. “China propõe o ‘Brics Plus’, com possível adesão de México, Paquistão e Sri Lanka”. Publicado em 20 de abril de 2017. (<http://br.rfi.fr/mundo/20170420-linha-direta-china-brics-plus>).

Revista Época. “Submissão de Ernesto Araújo à Washington não respeita ‘decência, soberania ou patriotismo’”. Data da publicação: 28 de fevereiro de 2019. Link de acesso: <https://epoca.globo.com/ricupero-submissao-de-ernesto-araujo-washington-nao-respeita-decencia-soberania-ou-patriotismo-23489582>.

South China Morning Post. “China lowers 2019 GDP growth target to 6-6.5 per cent range”. Em 5 de março de 2019. Link: <https://www.scmp.com/economy/china-economy/article/2188625/china-lowers-2019-gdp-growth-target-6-65-cent-range>.

The Times of India. “China wants ‘BRICS plus’ to include ‘friendly’ countries, plan might hurt India’s interests”. 9 de março de 2017. Link: <http://timesofindia.indiatimes.com/world/china/china-wants-brics-plus-to-include-friendly-countries-plan-might-hurt-indias-interests/articleshow/57542116.cms>.

World Bank - Global Economic Prospect, 2019. Acesso no link: <http://www.worldbank.org/pt/news/press-release/2019/01/08/darkening-prospects-global-economy-to-slow-to-29-percent-in-2019-as-trade-investment-weaken>.

